

BLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • dezembro de 2017



Não deixem os
UNICÍPIOS
afundarem

Mobilização traz conquistas históricas aos Municípios



Editorial

Em uma mobilização histórica, a união e o engajamento dos gestores municipais mostraram que essa é a melhor forma de avançar nas pautas que trazem melhorias às Prefeituras. Mais uma vez, a experiência e a liderança do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, foi fundamental. **Mais de dois mil gestores municipais ocuparam o Congresso Nacional** e mostraram a força do movimento municipalista durante a campanha ***Não Deixem os Municípios Afundarem***.

Durante as ações realizadas na capital federal, uma luta de mais de 15 anos finalmente foi atendida: o Encontro de Contas das dívidas previdenciárias entre a União e os Municípios. O pleito – que já vinha tramitando no Congresso Nacional há mais de quatro legislaturas – permitirá, agora, que os Municípios saibam o valor real de suas dívidas previdenciárias.

Outra importante reivindicação dos prefeitos foi alcançada. O presidente da República, Michel Temer, garantiu que, até dezembro, os Municípios vão receber um auxílio financeiro no valor de

R\$ 2 bilhões. Apesar de representar metade da reivindicação feita pelos gestores, o montante trará fôlego aos Municípios, especialmente diante de um cenário de grave crise financeira.

A importância da união e do diálogo entre gestores municipais e parlamentos foi representada nas reuniões de bancada realizadas na Câmara dos Deputados. E o resultado foi o avanço de pautas fundamentais às finanças municipais, como a que trata das Parcerias Público-Privadas (PPPs), da Mineração, da Lei Kandir, do Recine, do Conselho de Gestão Fiscal, dentre outras.

Família Municipalista



Visita de prefeitos à CNM



Fotos: Ag. CNM



Dom Feliciano-RS – Clênio Boeira da Silva

Senador La Rocque-MA – Darionildo da Silva Sampaio

Senador La Rocque-MA – Luiz Galvão da Silva

Doutor Pedrinho-SC – Simoni Mercia Mesch Nones –

Santa Cruz da Baixa Verde-PE – Tássio José Bezerra dos Santos

Machado-MG – Julbert Ferre de Moraes

Herval-RS – Rubem Darí Wilhelmsen

Engenho Velho-RS – Paulo Andre Dal Alb

Aramina-SP – Dalva Aparecida Pierazo Rodrigues

Montanhas-RN – Manuel Gustavo de Araujo Moreira

Santa Cruz da Vitória-BA – Carlos Andre de Brito

Poço Branco-RN – Waldemar Horacio de Gois Neto

Tomazina-PR – Flávio Xavier de Lima Zanrosso

Laguna-SC – Mauro Vargas Candemil

Pau d'Arco-PA – Fredson Pereira da Silva

Olho d'Água das Flores-AL – Carlos André Paes Barreto dos Anjos

Barrocas-BA – Jose Jailson Lima Ferreira

Castanheira-MT – Mabel de Fatima Melanezi Almici

Corumbá-MS – Marcelo Aguilar Lunes

Nova Soure-BA – Luis Cassio de Souza Andrade

Morungaba-SP – Marco Antonio de Oliveira

São José dos Basílios-MA – Creginaldo Rodrigues de Assis

Maracá-SP – Eduardo Correa Sotana

Entrevista



A retração do PIB afeta gravemente a sustentabilidade dos Municípios, afirma Armando Monteiro

Comprometido com o movimento municipalista, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) provou que está a par dos problemas enfrentados pelos Municípios brasileiros em razão de retração de receitas e aumento de obrigações. Em entrevista à Agência CNM, o senador defende um novo pacto federativo, ao destacar que, desde a Constituição de 1988, o Ente municipal teve suas finanças comprometidas, uma vez que teve de assumir o custeio de serviços básicos de atendimento à população.

Para tentar reverter este quadro, dentro de suas funções legislativas, Monteiro foi relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 29/2017, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A matéria prevê o repasse de valor correspondente a mais 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em setembro, mês que costumeiramente as arrecadações caem e as prefeituras enfrentam momentos de aperto para cumprir com suas responsabilidades financeiras.

Como o senhor vê a importância do movimento municipalista?

Vejo o movimento como fundamental. Após a Constituição de 1988, ocorreu um forte processo de descentralização e as prefeituras tiveram de assumir responsabilidades de áreas chave, tais como educação fundamental, creches e serviços básicos de saúde. Assim, os Municípios são os destinatários das demandas mais prementes da população. Por outro lado, em sua grande maioria, contam com receitas próprias muito pequenas. Isso cria desequilíbrio e uma grande pressão sobre os gestores municipais. Assim, o movimento municipalista expressa o anseio justo de um pacto federativo mais equilibrado.

O senhor acha o pacto federativo brasileiro atual justo?

Costumo dizer que o pacto federativo precisa ser repactuado. Existe muito desequilíbrio tanto em nível vertical, porque a União ainda detém mais de 55% das receitas disponíveis, mesmo após efetuadas as transferências, como horizontalmente, ou seja, na receita disponível entre os Municípios e os Estados. Temos que construir um modelo federativo em que os Municípios possam ter recursos suficientes para fazer frente aos encargos crescentes, oriundos da política de descentralização, a exemplo da estrutu-

ra de outros países. Além disso, os serviços públicos municipais precisam ter um padrão mínimo de qualidade e uniformidade em todo território nacional. Há uma enorme disparidade na oferta e na qualidade desses serviços.

Esse desequilíbrio tem muito impacto sobre os Municípios. As estatísticas indicam que 81,7% dos municípios brasileiros, com população média de 9 mil habitantes, não geraram nem 20% de suas receitas em 2016. Em oposição, apenas 136 municípios no Brasil, com população média de 130 mil habitantes, conseguiram gerar mais de 40% de suas receitas. Diante disso, nota-se que, via de regra, os municípios de pequeno porte dependem fortemente das transferências de outros entes federados, em especial dos recursos do FPM. Isso porque menos habitantes implica menor capacidade de consumo e, conseqüentemente, menor participação municipal na distribuição da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual. Essa é uma questão crucial para o Brasil enfrentar as grandes desigualdades regionais.

O movimento lutou para derrubar o veto ao Encontro de Contas, um pleito histórico dos Municípios que, implementado, aliviará as finanças municipais. Como o senhor vê uma possível saída para a crise financeira dos Municípios?

A questão previdenciária é grave e alcança todos os Entes da Federação, inclusive os Municípios, que precisam se planejar para cumprir com suas obrigações previdenciárias. Portanto, a importância de se realizar esse Encontro de Contas com a União. Essa é uma questão de justiça, por isso, votei pela derrubada do veto, na última sessão do Congresso Nacional, que aconteceu dia 22 de novembro. Foi uma contribuição importante dos parlamentares para minimizar a grave crise financeira que a imensa maioria dos Municípios atravessa. Apesar de ser uma medida significativa, ela com certeza não é suficiente. Por isso, continuamos batalhando pelo aumento do FPM. Mas existe também um grande desafio a ser enfrentado pelos prefeitos de todo o país, de medidas mais estruturantes, que possam garantir uma gestão fiscal mais equilibrada.



Ag. Senado

Quanto à PEC 29/2017, em que o senhor é relator da matéria, como está seu posicionamento diante dela? Ela poderá ser apontada como uma das saídas para a crise financeira que enfrentam os Municípios?

Meu relatório já está pronto e meu voto é a favor do aumento do FPM, o justifico com dados muito concretos. Em primeiro lugar, a grave retração do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos de 2015 e 2016 afetou gravemente a sustentabilidade das contas dos Municípios. De um lado, verificou-se menor ritmo de crescimento de suas receitas próprias e das transferências recebidas. Por exemplo, a soma da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cresceu nominalmente 15,2% entre 2014 e 2016, ficando abaixo da inflação acumulada de 17,6% nesse período, o que determinou uma redução real de mais de 2% na base do FPM. Além disso, o IPI foi objeto de políticas de desonerações ao longo dessa década que erodiram sua arrecadação e assim foram significativamente prejudicados os repasses de FPM.

Pelo lado das despesas observa-se um elevado grau de rigidez, fenômeno que atinge União, Estados e Municípios. Segundo a própria Confederação Nacional de Municípios, mesmo com uma política de contratação de pessoal prudente, as despesas com pessoal na esfera municipal cresceram 19,6% entre 2014 e 2016, passando de R\$ 224,8 bilhões para R\$ 268,8 bilhões nesse intervalo de tempo. Tenho plena confiança de que vamos aprová-lo.

Finanças

Dez providências para melhorar a gestão



1ª

Ao avaliar o cumprimento do orçamento, planeje os gastos mensais para 2018 abaixo da média de arrecadação de 2017.

2ª

Torne a arrecadação eficiente. Ainda há tempo de atualizar o código tributário, incluindo a previsão do ISS sobre cartões de crédito, leasing e outros previstos pela LC 157/2016; aproprie o Município das novas regras sobre mineração; atualize a planta genérica de valores do IPTU; realize convênio com a União no ITR; inscreva e cobre a dívida ativa e atualize os valores de taxas e preços públicos.

3ª

Aumente a capacidade de investimento do Município, diminuindo a despesa: adapte os planos de carreira à nova realidade financeira do país; reduza os quadros de cargos e elimine secretarias; revise todos os contratos.

4ª

Não deixe restos a pagar já no primeiro ano, cobre as pendências de recursos dos governos federal e estadual; incorpore a União em ações judiciais de saúde sofridas pelo Município; acompanhe as prestações de contas e avalie o custo-benefício de oportunidades da Plataforma Êxitos disponibilizada pela CNM.

5ª

Prepare imediatamente uma equipe para auditar a dívida previdenciária do Município e siga os passos indicados neste boletim.

6ª

Verifique se todos os relatórios foram entregues nos prazos legais e se os sistemas foram alimentados corretamente em relação aos programas federais.

7ª

Avalie quais ações devem seguir com a execução própria do Município e quais devem ser terceirizadas, por meio de licitações, ou mesmo concedidas ou permitidas.

8ª

Inspire-se em ações inovadoras e de melhoria de desempenho realizadas por outros Municípios; fortaleça as alianças e as parcerias com recursos da comunidade; valorize e utilize as soluções consorciadas.

9ª

Capacite os servidores públicos municipais e promova regras de conduta dentro da prefeitura; estabeleça metas e instrumentos de mensuração da eficiência; amplie a governança pública por meio de mecanismos de liderança, estratégia e controle.

10ª

Avalie a efetividade das políticas implementadas e promova a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados, de modo a envolver a comunidade e fortalecer o acesso público à informação.

Orçamento



Mesmo com alterações, Ploa 2018 prevê redução nos repasses aos Municípios

A liderança do movimento municipalista nacional tem recebido, com enorme preocupação, a sinalização do governo federal de cortes nos repasses aos governos locais. A CNM tem acompanhado as sugestões de textos do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018 (Ploa) do Executivo, enviado ao Congresso Nacional. A nova proposta indica menos recursos repassados aos Entes municipais.

Para o ano que vem e para 2019, o Executivo prevê crescimento de 2% e 2,5%, respectivamente, no Produto Interno Bruto (PIB). Estima-se que a inflação – medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – chegue a 4,2% em 2018.

O texto enviado em novembro também indica aumento de R\$ 44,5 bilhões nos gastos do governo, e reduz em 2,1% as transferências constitucionais a Estados e Municípios. Os percentuais são em comparação com a primeira versão enviada ao Parlamento.

Comparando-se ao orçamento de 2017, a proposta de planejamento orçamentário prevê redução de investimentos em todas as áreas, com exceção dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social. Para as duas áreas estão previstos acréscimos, respectivamente, de 4,1% e de 5,9%.

Valores do orçamento da LOA 2017 comparados com o novo PLOA 2018

Órgão	Autorizado 2017	Empenhado 2017	PLOA 2018	Comparado com Autorizado
Agricultura	12.305.333.551	8.049.180.314	10.866.394.795	-11,7%
Ciência	15.627.940.539	7.849.322.689	12.594.545.253	-19,4%
Educação	110.688.701.709	90.232.319.162	105.927.637.703	-4,3%
Saúde	125.437.986.995	102.966.790.100	130.580.038.029	4,1%
Cultura	2.731.095.877	1.757.620.163	2.443.912.587	-10,5%
Meio Ambiente	3.928.258.352	2.816.918.584	3.488.756.322	-11,2%
Turismo	780.042.349	447.590.347	597.240.501	-23,4%
MDS	660.166.614.716	654.713.579.565	699.008.690.067	5,9%
Cidades	15.353.537.778	6.401.454.052	10.113.653.977	-34,1%

Fonte: PLOA 2018 divulgado na mensagem modificativa do Ministério do Planejamento e Siga Brasil.



CNM analisa a queda das transferências da União aos Municípios

Não é novidade que a forma de distribuição dos recursos arrecadados pelo Estado brasileiro é concentradora e ineficaz sob a ótica de eficácia alocativa, pois afasta os recursos do ente federado que detém a maior quantidade de informação sobre as mazelas sociais locais. As despesas discricionárias, também chamadas de custeio e investimento, são aquelas que permitem a construção de escolas e postos de saúde, compra de novos equipamentos, aquisição de veículos, entre outros.

As despesas de natureza discricionárias são aquelas geradas a partir da disponibilidade de recursos orçamentários e, portanto, é sobre esse tipo de despesa que recaem os cortes orçamentários quando há contingenciamento de gastos por parte da União.

A CNM fez estudo que mostra a variação das transferências da União para os municípios nos últimos anos. O levantamento evidencia uma redução paulatina no montante das transferências com destaque maior para os exercícios que partem de 2013, onde fica transparente a redução acentuada dos repasses a investimentos, principalmente. E o destaque é para o exercício de 2017, onde há uma queda de 26% se comparado ao exercício de 2016.

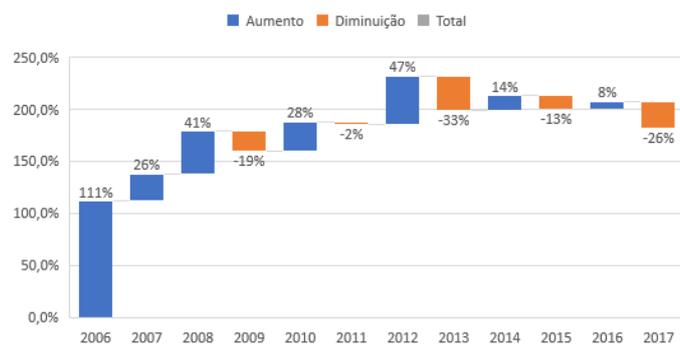
Ao estudar a redução por área aparecem como principais os dados que se referem à saúde, à educação, à assistência social, entre outros. São cortes que desagregam as transferências em funções de atuação do Estado.

Quanto ao custeio, o estudo também evidencia uma redução que já se perpetua desde 2015 e que coloca em risco a prestação de serviços a sociedade na educação, saúde e assistência social. É a repetição de uma política que acaba em prejuízo ao cidadão.

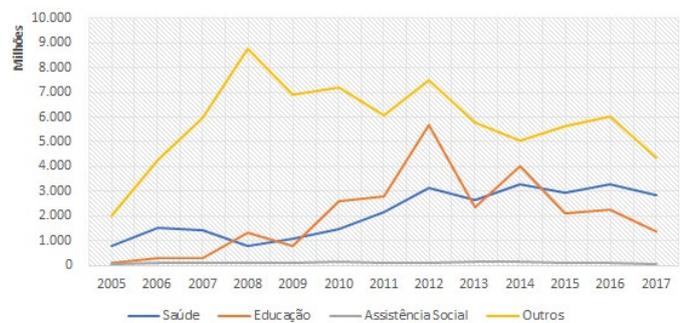
Essa redução nos repasses vem acumulando dificuldades para que os gestores públicos municipais consigam entregar melhores serviços públicos e aumentam o cenário de crise. Essa política afasta o dinheiro público justamente de quem detém maior informação sobre necessidades sociais enfrentadas pela população.

O trabalho sério da CNM é uma prova da necessidade urgente de definição de um novo Pacto Federativo que distribua os recursos de forma democrática para cada um dos três para cada um dos Entes da Federação.

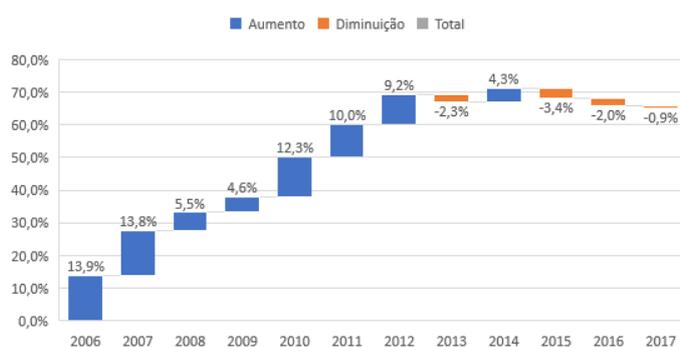
Variação acumulada das transferências discricionárias direcionadas a investimentos públicos



Variação em termos monetários dos repasses discricionários da União para a execução de investimentos públicos



Evolução acumulada das transferências para custeio das funções estatais prestadas pelos municípios



Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



“Município forte se faz com a participação de todos”

Antes mesmo da grande mobilização nacional em Brasília, diversas entidades estaduais organizaram reuniões com as bancadas parlamentares para solicitar apoio do Congresso Nacional à pauta prioritária do movimento. Confira as ações encabeçadas pelas entidades estaduais com o apoio da CNM:

**10 de novembro**

A Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (Aemerj) realizou audiência com parlamentares. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), participou da reunião.

**13 de novembro**

A Associação Paulista de Municípios (APM) reuniu prefeitos em um encontro com representantes da bancada paulista no Congresso, comandada pelo deputado Herculano Passos (PSD).

**13 de novembro**

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) promoveu assembleia-geral de prefeitos que reuniu deputados federais, estaduais e senadores de Mato Grosso e representantes do governo.

**8 de novembro**

A Associação de Municípios da Paraíba (Famup) foi mais uma entidade a somar esforços. Gestores paraibanos estiveram reunidos com parlamentares da bancada do Estado.

**6 de novembro**

Durante o Diálogo Municipalista, a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes) intensificou o debate da pauta municipalista e trabalhou o avanço dessas.

**6 de novembro**

O encontro de parlamentares mineiros foi convocado pela Associação Mineira de Municípios (AMM). O evento contou com mais de 300 prefeitos e aproximadamente 700 participantes.

**26 de outubro**

A mobilização da União dos Municípios da Bahia (UPB) reuniu 351 prefeitos baianos e outros agentes municipais, na Assembleia Legislativa da Bahia.

**23 de outubro**

Os prefeitos do Piauí realizaram a reunião com a bancada do Estado junto à Associação Piauiense de Municípios (APPM). Mais de 200 gestores e quatro deputados federais registraram presença.

**23 de outubro**

Prefeitos paraibanos lotaram o auditório da Federação das Associações dos Municípios da Paraíba (Famup). Eles assinaram carta que foi enviada ao presidente Michel Temer.

**18 de outubro**

Coordenado pela Associação de Municípios de Pernambuco (Amupe), um grupo de prefeitos esteve no Congresso Nacional para cobrar comprometimento com a pauta mínima municipalista.

**18 de outubro**

Liderados pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM), os prefeitos debateram junto aos parlamentares as emendas de bancadas para o Orçamento de 2018.

**18 de outubro**

Prefeitos alagoanos também estiveram reunidos com parlamentares da bancada do Estado na sede da CNM. O encontro foi liderado pela Associação dos Municípios Alagoanos (AMA).

**17 de outubro**

A comitiva de prefeitos de Sergipe – liderados pela Federação dos Municípios de Sergipe (Fames), esteve no Congresso para defender mais recursos aos Municípios do Estado.

**16 de outubro**

A Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep) promoveu o Dia de Mobilização e Reação, que buscou fortalecer a luta pelas pautas municipalistas.

**4 de outubro**

Cerca de cem prefeitos maranhenses, liderados pela Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), estiveram na CNM para definir as demandas levadas aos parlamentares.

**3 de outubro**

A CNM promoveu reunião do Conselho Político Ampliado. A ocasião foi o estopim para a campanha dos dias 21 e 22 de novembro. O movimento começou com prefeitos do Nordeste e tomou dimensão diante do cenário e da pauta comum de Municípios de todo o país. Eles foram recebidos pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



Parlamentares recebem gestores em sessão solene no Congresso

Os gestores municipais presentes à mobilização foram recebidos em Sessão Solene realizada no Plenário da Câmara dos Deputados. Aberta pelo deputado Caetano (PT-BA), o parlamentar deu início à sessão com a leitura da carta aos prefeitos escrita pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

No texto, Maia afirmou que “a crise de arrecadação força a pressão por mudanças”. Em seguida, a palavra foi concedida ao presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. A liderança municipalista nacional iniciou seu discurso saudando todos os parlamentares presentes no Plenário para, em seguida, abordar a pauta da campanha.

“A questão mais séria é a atualização dos programas federais. Tem 390 programas criados no Brasil, esse é o problema. É neles que estão a situação caótica das Prefeituras. Na época que foi criado, há 15 anos, não pagavam nem 30% e esse valor nunca foi atualizado”, prosseguiu ele. Ziulkoski concluiu:

“chega de transferir responsabilidades sem recursos para pagar”.

Já o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro, reforçou que a crise não foi criada pelos Municípios. “A Bahia veio em peso, 97% dos prefeitos baianos estão aqui. Queremos socorro da União e ajuda desta Casa Legislativa”, afirmou.

O presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Haroldo Neves, lembrou os problemas causados com repasses insuficientes para execução de programas federais municipalizados. “O subfinanciamento gera problemas ao municipalismo brasileiro e precisamos romper isso”, disse ele.

Representando as demandas de Minas Gerais, o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Julvan Lacerda, lembrou do papel dos parlamentares para a saída da crise e exigiu comprometimento dos congressistas. “Muitos só ficam no



discurso do municipalismo, na hora de fazer o que tem que ser feito não faz, nossas bandeiras estão há anos paradas”, opinou.

Outra liderança municipalista a falar foi o presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), Paulo Rezende, também apontou a importância de os parlamentares estarem ao lado dos gestores. “Deputados e senadores, não deixem os Municípios afundarem”, disse.

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



O Brasil continua com o viés do Estado Unitário, alerta Ziulkoski

“O Brasil é assim, é um país que arrecada muito à União e continua com aquele viés de antes da Proclamação da República, de 120 anos, como Estado unitário”. A afirmação do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ocorreu durante audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal.

Enquanto uma multidão de prefeitos tentava entrar na Casa, para programação municipalista, Ziulkoski alertava aos integrantes da CDR para a urgente necessidade de reformulação do pacto federativo. Ele fez questão de dizer que a realidade concentradora não ocorre apenas por decisão do Executivo. “Ao longo dos anos, o próprio congresso, provou essa concentração de renda. Então, a forma de voltar o dinheiro para o cidadão está errada”, sinalizou.

Para o representante do movimento municipalista nacional, a Federação está de ponta-cabeça, e nunca vai ter solução. Segundo ele, desde a Proclamação da República, em 1889, com a primeira Constituição republicana, em 1891, continua igual. “**Os Municípios estão quebrados ou em falência**”, avisou por diversas vezes. Outros representantes das entidades estaduais e regionais marcaram presença na audiência.



Ag. CNM

“Nós gostaríamos de fazer esse apelo ao Congresso Nacional no sentido de que crie uma comissão especial para discutir o pacto federativo, mas que coloque para valer, que isso aconteça, de fato, na prática”. Associação Matogrossense de Municípios (AMM), **Neurilan Fraga**.

“Hoje é hora de dizermos: não queremos pedir, queremos exigir respeito à nossa Constituição, respeito ao pacto federativo, a todos os brasileiros e brasileiras que moram nos nossos Municípios”. Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), **Benes Leocárdio**.

“O tratamento dado aos Municípios, ao longo dos anos, não mandando recurso suficiente, melhor distribuição de receita entre os Entes da Federação para que os Municípios possam cumprir com suas obrigações”. Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), **Tota Guedes**.

“Precisamos curar a doença que nos aflige, que a disfunção desse pacto federativo, e que só pode ser mudada pela transformação da lei”. Associação Mineira de Municípios (AMM), **Julvan Lacerda**.

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



Prefeitos se reúnem com bancadas estaduais

Congressistas das bancadas estaduais se reuniram com prefeitos de todo o Brasil. Nos encontros, os parlamentares ouviram o apelo dos gestores municipais pelo socorro financeiro para que os Municípios se ergam da crise financeira. A série de reuniões se deu durante campanha *Não Deixem os Municípios Afundarem*.

ACRE



O líder da bancada do Estado no Senado Federal, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), e demais parlamentares receberam para discussão das demandas acreanas a presidente da Associação de Municípios do Acre (Amac), Marilete Victorino, e prefeitos.

PARANÁ



Prefeitos paranaenses se encontraram com a bancada do Estado e com o ministro da Saúde, Ricardo Barros. Liderados pelo presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Marcel Micheletto, os gestores participaram de jantar oferecido pela vice-governadora do Paraná, Cida Borghetti.

ALAGOAS

A prefeita de Feliz Deserto, Rosiana Beltrão, representando a Associação Alagoana de Municípios (AMA), liderou caravana de gestores municipais de Alagoas que foram recebidos pelo deputado Arthur Lira (PP-AL) na sede do partido Progressista.



PERNAMBUCO

A bancada Pernambucana no Congresso Nacional recebeu vereadores e 50 prefeitos do Estado, comandados pelo presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota.



AMAZONAS



O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), prefeito Cleomar Tema, coordenou comitiva de prefeitos maranhenses em encontro com o senador Edison Lobão (PMDB/MA) e o deputado Júnior Marreca (PEN/MA).

PIAUI



Líderes municipais do Piauí reuniram a bancada de deputados e senadores em sala de comissão da Câmara dos Deputados. Os prefeitos foram capitaneados pelo presidente da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Gil Carlos.

CEARÁ

Os gestores foram recebidos pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Além disso, o deputado Cabo Sabino (PR-CE) se reuniu com representantes da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) e seu presidente, Gadyel Gonçalves.



RIO DE JANEIRO

Liderados pela representante da Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (Aemerj), Maria de Fátima, prefeitos fluminenses foram recebidos por representantes da bancada do Estado.



ESPIRITO SANTO



A Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), liderados pelo secretário-geral e prefeito de Ibatiba, Luciano Pingo, reuniu parlamentares da bancada do Estado pedindo aprovação da pauta municipalista.

RIO GRANDE DO NORTE



Norteados pelo presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Benes Leocádio, prefeitos potiguares apresentaram as pautas municipalistas aos parlamentares da bancada federal no Congresso Nacional.

GOIÁS

Os presidentes da Federação Goiana de Municípios, Haroldo Naves Soares, e da Associação Goiana de Municípios, Paulo Sérgio de Rezende, lideraram comitiva de prefeitos em reunião com o líder da bancada do Estado, deputado Jovair Arantes (PTB/GO).



RIO GRANDE DO SUL

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, integrou a reunião da bancada de parlamentares gaúchos, que ocorreu em comissão na Câmara, também composta pelo presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Salmo Dias de Oliveira.



MATO GROSSO DO SUL



O gabinete do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ficou pequeno para a quantidade de gestores municipais reunidos, liderados pelo vice-presidente da Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), Rogério Rosalin.

SÃO PAULO



Representantes no Legislativo da bancada de São Paulo se reuniram com gestores municipais do Estado. Os prefeitos foram liderados pelo presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz.

PARÁ

Prefeitos do Pará lotaram o Plenário 14 da Câmara dos Deputados. Capitaneados pelo presidente da Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (Famep), José Antônio Leão, o encontro também reuniu deputados e senadores da bancada do Estado.



SERGIPE

Prefeitos sergipanos reuniram grupo de parlamentares para apresentar a pauta municipalista durante a mobilização. O vice-presidente da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames), Cristiano Beltrão, falou em nome dos municipalistas.



Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



Petrônio Portela: gestores lotam auditório para debater pleitos municipais

O auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, foi o local escolhido pelo movimento municipalista para reunir os gestores no dia 22 e discutir as pautas e a agenda que seria seguida na mobilização. O espaço foi preenchido por mais de dois mil prefeitos e diversos gestores ficaram em pé no auditório.

"Temos que estar unidos e organizados para conseguir o que a gente quer, caso contrário, não vai encaminhar nada", reforçou o líder do movimento Paulo Ziulkoski. Ele revisou a pauta prioritária defendida pelos Municípios. "Estamos pedindo uma migalha, tendo em vista as ações que foram feitas para os Estados. Precisamos articular com nossos parlamentares para eles também pressionarem o



Ag. LAR

governo," disse aos gestores presentes.

Para simbolizar o naufrágio dos Municípios, os prefeitos receberam um "kit sobrevivência" contendo colete e apito. Os chefes do poder executivo

municipal manifestaram e participaram ativamente da campanha. Algumas entidades estaduais também disponibilizaram boné e placas contendo os pleitos municipais.

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



Senado fica pequeno para os prefeitos

O auditório Petrônio Portela ficou pequeno para os gestores municipais e, com coletes salva vidas e apitos, os prefeitos alteraram a rotina e a normalidade da Casa Legislativa. Eles saíram do salão para se concentrarem na Praça das Bandeiras. Os gestores caminharam do auditório, passando pela galeria dos presidentes, pelo salão Negro e pela rampa do Congresso em direção à concentração.

O percurso foi embalado por palavras de ordem, como: "não tem jeito, ajudem os prefeitos". Um carro de som foi usado pela liderança do movimento para dar voz à campanha. Barco inflável também foi peça da ação, junto com milhares de pequenos barcos de papel, representando cada Município do Brasil, todos fixados no gramado à frente do Congresso Nacional.

Entre pronunciamentos, entrevistas à imprensa e palavras de ordens, o presidente da CNM e os presidentes das entidades estaduais e regionais muni-



Ag. LAR

cipalistas comandavam a multidão. Além de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários, a população de diversos Municípios engrossou a manifestação.

"Hoje estamos assistindo uma verdadeira multidão de municipalistas, que desnuda e mostra de maneira inequívoca a situação crítica que estão as

administrações municipais", afirmou o presidente Paulo Ziulkoski. Parlamentares também usaram o microfone e o palanque municipalista para declarar apoio às reivindicações e à mobilização. O resultado do ato foi conferido horas depois, tanto no Congresso quanto na Presidência da República.

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



Temer ouve o grito de socorro dos Municípios e anuncia R\$ 2 bi de AFM

O grito de socorro dos Municípios foi ouvido pelo presidente da República, Michel Temer, que anunciou o Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) de 2,4 bilhões – valor em que não incide o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). De acordo com Temer, o recurso será disponibilizado ainda em dezembro por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O movimento municipalista recebeu a notícia com muita alegria, apesar de o valor solicitado anteriormente pelos entes municipais ser o dobro, R\$ 4 bilhões, pois significa um fôlego às Prefeituras diante da dura crise financeira enfrentada. O valor foi conseguido após negociações do líder da CNM, Paulo Ziulkoski, e dos presidentes de entidades estaduais com Temer.

Ziulkoski comemorou a conquista: “a gente conseguiu e teve a compreensão do presidente Temer. Isso demonstra mais uma vez esse espírito de fortalecimento dos nossos Municípios. A gente sabe que foi uma gotinha d’água do que foi dado aos governadores, mas, no ano que vem, vamos continuar esse diálogo com o presidente”.

A entidade aguarda agora a publicação de medida provisória informando a data em que o valor será depositado nas contas das Prefeituras. A CNM destaca, no entanto, que o valor compõe a Receita Corrente Líquida (RCL) e, por isso, tem a mesma vinculação constitucional de gastos em saúde e educação que o FPM.



Ag. LAR

“Marcha dos prefeitos”



Ag. LAR

Após alinharem as pautas e as demandas, os prefeitos marcharam rumo ao Palácio do Planalto. A expectativa dos gestores municipais era de que todos fossem recebidos por Temer. A entrada, a princípio barrada pela segurança do presidente, foi negociada pelo líder do movimento municipalista.

Ziulkoski precisou intermediar para que fosse liberada a entrada dos prefeitos presentes até a porta do Palácio, onde, de lá, aguardariam o resultado de encontro com o presidente da República. “Aqui só tem gente civilizada. Se eles não puderam entrar, ficamos aqui”, destacou Ziulkoski.

Enquanto aguardavam o resultado da reunião com o presidente da República, os prefeitos cantaram o hino nacional, gritaram palavras de ordem e comemoraram a derrubada do Veto aos Encontro de Contas – que aconteceu paralelamente no Congresso Nacional.



Ag. LAR

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



Com apoio do governo, Congresso derruba veto ao Encontro de Contas

Após uma luta histórica, que demandou empenho municipalista por mais de 15 anos, os Municípios conquistaram o Encontro de Contas. Em sessão conjunta do Congresso Nacional no dia 22 de novembro, o movimento municipalista novamente demonstrou sua força com a efetivação de seu pedido ao Legislativo federal e os parlamentares derrubaram o veto.

A Medida Provisória (MP) 778/2017, que estabeleceu o parcelamento da dívida previdenciária, foi aprovada primeiramente na Câmara. Foi lá que também se inseriu uma emenda proposta pelo deputado Herculano Passos (PSD-SP), em forma de destaque, que incluía o Encontro de Contas ao texto da MP. Em seguida, o Senado aprovou o texto da forma que o recebeu da Câmara. No entanto, quando chegou para sanção do Palácio do Planalto, os artigos 11 e 12, relativos à medida, foram vetados.

Passos também liberou, com autorização do primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), a galeria para os prefeitos acompanharem a sessão. O resultado positivo para o movimento municipalista foi fortalecido com a mobilização de mais de dois mil prefeitos em Brasília para acompanhar a votação. O intenso trabalho da Confederação, somado aos esforços de todos os municipalistas, mostrou efeito e sensibilizou os parlamentares.

Questão de justiça

Pleito que já vinha tramitando no Congresso Nacional há mais de quatro legislaturas, o Encontro de Contas permitirá, agora, que os Municípios saibam o valor total de suas dívidas previdenciárias. O valor devido dependerá do resultado final entre créditos e débitos que os Entes municipais possuem com a União. Sendo assim, as parcelas a serem pagas sujeitam-se ao saldo final do encontro entre os débitos dos Municípios e a Previdência Social.

O cenário que os Municípios habitavam era turvo e despertava o sentimento de injustiça. Imagine que todos os meses, ao receber seu salário, conste na sua folha de pagamento um desconto significativo, que atrapalha no fechamento de suas contas do mês. No entanto, você não sabe ao certo quanto e por quanto tempo ainda terá de pagar aquelas parcelas e, portanto, não sabe ao menos se irá um dia quitá-las. Isto é, de certa forma, o que acontece com grande parte dos Municípios brasileiros. Agora, a mudança está à vista e o que se enxerga é justiça e transparência no acerto de contas entre os Entes da Federação.

Veja os dez passos que os Municípios devem realizar para deixar de ter o valor do FPM sequestrado ou receber os créditos

- 1) Os Municípios voltam a poder questionar débitos e créditos
- 2) Lei publicada no dia 28 de novembro instituiu o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, que deverá ter os representantes indicados em até 180 dias. A CNM será uma das integrantes do comitê
- 3) Solicitar à Previdência os dados de lançamento do Município
- 4) Constituir uma equipe e auditoria no Município
- 5) Acessar lista produzida pela CNM para mapear possíveis falhas
- 6) Realizar processo administrativo na Receita Federal para questionar os lançamentos
- 7) Enviar para a CNM os pontos identificados
- 8) Marcar reunião para debater com a Receita Federal
- 9) Aguardar decisão do Comitê
- 10) Negociar débitos e créditos



Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



MP aumenta compensação financeira de mineração

Com prefeitos ocupando corredores e salas das Casas Legislativas, em decorrência da mobilização, os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal aprovaram a Medida Provisória (MP) 798/2017, que trata da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem). O texto, agora, segue para sanção presidencial.

O texto apreciado contém emendas propostas pela CNM. A entidade acompanhou de perto a tramitação da matéria e trabalhou intensamente para que o texto ficasse cada vez mais apazível ao municipalismo, uma vez que entende que o assunto discutido é extremamente importante para os mais de 2.536 Municípios produtores e impactados pela mineração.

Clamando a aprovação da matéria, os deputados ouviam as vozes dos prefeitos que se concentravam nas galerias do Plenário da Casa. A equipe da CNM também acompanhou a sessão e relatou que a forte pressão por parte dos gestores municipais para a aprovação de uma compensação justa

embatia com a das empresas mineradoras por uma redução das alíquotas dos minérios.

Ao final, ficou acordada, para prosseguir com a votação, uma emenda aglutinativa de 3,5% para minério de ferro; de 1,5% para o ouro. Ainda, ampliou-se de 10% para 15% a participação dos Municípios impactados pela mineração, que são cortados por infraestrutura de transporte e sede de pilhas de estéreis.

O aumento da compensação e a inclusão dos Municípios impactados foram sugestões da Confederação ao texto do relator, o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG). Pelo texto aprovado, a distribuição dos recursos arrecadados com a atividade ficará da seguinte forma: 60% para Municípios produtores; 10% para Municípios afetados; 15% para os Estados onde ocorre a produção; 0,2% para o Ibama; 1,8% para o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); 1% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 7% para a Agência Nacional de Mineração (ANM).

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

A aprovação da Medida Provisória 791/2017, que cria a Agência Nacional da Mineração (ANM) e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), pelo Plenário da Câmara, também entra no rol de conquistas da mobilização nacional.

A proposta trata da estrutura organizacional da Agência, bem como garante ao órgão maior autonomia financeira ao estabelecer como receita o produto de operações de crédito efetuadas no País e no exterior, entre outras coisas. O texto da MP ainda garante a possibilidade entre os Municípios e a agência de celebrar convênio para a promoção da fiscalização compartilhada da Cfem.

Assim, a CNM entende que a aprovação da matéria é extremamente importante. É necessário dar condições, ao órgão fiscalizador, de cumprir com seu papel. Sem autonomia, a fiscalização não é efetiva e os Municípios precisam de uma agência bem estruturada capaz de acompanhar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais.

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



Em mais um triunfo da mobilização, deputados aprovam fundo das PPPs

A Câmara dos Deputados logo respondeu positivamente à vinda dos prefeitos a Brasília. Uma das ações benéficas aos Municípios foi a aprovação da Medida Provisória (MP) 786/2017, que dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A medida autoriza a União a participar, com até R\$ 180 milhões, de um fundo para financiar

a contratação de serviços técnicos especializados destinados aos projetos de PPPs. Além disso, a matéria reduziu o valor mínimo de R\$ 20 milhões para R\$ 10 milhões para os Municípios realizarem as parcerias.

A CNM propôs diversas emendas ao projeto para aprimorá-lo em relação às causas municipalistas e trabalhou ativamente para a sua aprovação. O projeto de lei de conversão apreciado foi de relatoria do senador Elmano Férrer (PMDB-PI), com

quem a Confederação se reuniu anteriormente da apresentação do texto para discussão dos pleitos municipalistas.

A pedido da entidade, o senador incluiu no relatório que os contratos de parceria público-privadas podem ser realizados com Municípios em regime isolado ou consorciados, como também incluiu uma vaga de representação municipal no conselho de fiscalização do fundo. O texto agora segue para a deliberação do Plenário do Senado.

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



Lei Kandir, 1% do FPM em setembro e outras pautas também avançam no Congresso

A força do municipalismo demonstrada na mobilização foi convertida no avanço de outras demandas ao longo do movimento em Brasília. Além da derrubada do veto ao Encontro de Contas e a conquista do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) no valor de R\$ 2 bilhões, o Congresso Nacional deu andamento a pedidos como a da Lei Kandir e o 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para ser creditado em setembro, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Liderados pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, e pelos presidentes de entidades estaduais, a causa municipalista foi abraçada por gestores e demais agentes municipais. Em uma única voz, o movimento municipalista conseguiu sensibilizar parlamentares sobre a urgência de aprovar pautas que possam amenizar os efeitos da crise nos Municípios.

A pressão resultou na aprovação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei Complementar (PLP) 221/1998, que altera a Lei Complementar 87/1996. O substitutivo prevê a compensação de R\$ 39 bilhões/ano da Lei Kandir aos Estados e ao Distrito Federal (DF). Um total de R\$ 19,5 bilhões, que representa 50% do montante, seria entregue no primeiro exercício financeiro, após a publicação da lei. Outros R\$ 29,2 bilhões – que correspondem a 75% – seriam transferidos no segundo ano.

Além disso, do montante a ser entregue aos Estados e DF, 75% pertencerão ao Estado, 25% aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios aos quais se refere o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988. A matéria segue, agora, para apreciação no Plenário da Casa.

No Senado, os parlamentares aprovaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 29/2017, que aumenta em 1% o FPM de setembro. Eles também aprovaram a urgência da matéria e esta foi encaminhada diretamente ao Senado. Na CCJ, a Confederação destaca o papel do autor da proposta, Raimundo Lira (PMDB-PB), do relator da matéria, Armando Monteiro (PTB/PE), e do presidente da Comissão, Edison Lobão (PMDB-MA).



Ag. Câmara



Ag. Câmara

Mais conquistas

Ainda na Câmara, a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou o Projeto de Lei 3.744/2000. Ele institui o Conselho de Gestão Fiscal (CGF) e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento. O texto aprovado prevê que os membros sejam indicados por entidades representativas. A CNM conta com o apoio do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), para pautar a matéria o mais breve possível no colegiado.

Já no Senado duas propostas relevantes para os Municípios brasileiros avançaram. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o PLS 379/2016, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o PLC 315/2009, que trata da parcela pertencente a Estados e Municípios da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH), passou pelo crivo dos senadores.

Outro veto derrubado

Além do Encontro de Contas, o Congresso derrubou o veto presidencial que prorroga o prazo para utilização do benefício fiscal do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) até 31 de dezembro de 2019, em vez de dezembro de 2017.

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”
 


Em audiência no TCU, Municípios apresentam obstáculos na manutenção das UPAs

O acesso e a utilização das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) foram o ponto central do debate entre o movimento municipalista e o Tribunal de Contas da União (TCU). Liderados pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, dezenas de gestores municipais compareceram em peso ao encontro, que ocorreu na tarde do dia 21 de novembro.

Primeiro a falar, o ministro do TCU, Augusto Nardes, agradeceu a presença dos prefeitos e reforçou a importância de se trabalhar a governança. “Tenho trabalhado fortemente em torno de uma tese de governança no Brasil. O que foi feito foi falta de planejamento, ou seja, passar a responsabilidade para os Municípios. E eles têm uma série de exigências que não conseguem cumprir. A responsabilidade está posta não somente em relação às UPAs, mas também às creches”, disse.

Os prefeitos aplaudiram o ministro, que logo em seguida, comentou que o TCU está aberto para dialogar com os gestores municipais. “Já temos algumas coisas encaminhadas, mas não faremos nada sem ouvir vocês”, complementou Nardes.

Já o ministro da Saúde, Ricardo Barros, iniciou seu discurso explicando a proposta de criação das UPAs, inicialmente cotadas em 500 unidades. Entretanto, por uma decisão do governo, esse número foi ampliado para 1.300. Segundo o chefe da pasta, essa mudança contribuiu para o atual cenário onde há vários estabelecimentos concluídos e ainda fechados.

“Há uma sobreposição, uma cobrindo a área da outra. Por isso, agora os Municípios não têm condições de suportar as UPAs naquele modelo contratado”, justificou. Barros discordou do modelo que

foca no financiamento da doença. Pelo contrário, ele defende a intensificação de ações preventivas, de promoção à saúde.

Para finalizar, destacou que o ministério pretende dar suporte aos Municípios, diante de sua delicada situação. “Estamos dispostos a cooperar no que for necessário. Vamos nos livrar das amarras burocráticas”, defendeu.

Proposta municipalista

Aclamado pelos participantes, Ziulkoski chamou a atenção dos componentes da mesa para a insustentável situação das UPAs no Brasil. Para ele, o problema central está no custeio. Os valores que os Municípios aportam é muito superior ao que recebem de contrapartida da União. “Quem está pagando o pato é o Município onde está a UPA”, alertou.

Como alternativa para superar o problema, Ziulkoski aposta na cooperação federativa. Ele propôs ao TCU a criação de um grupo temático que ficaria incumbido de revisar os critérios técnicos, financeiros



Ag. CNM

ros e normativos para o funcionamento das UPAs.

A sugestão consta em ofício entregue ao ministro Nardes na mesma data do encontro. Em virtude da ausência de representante do Ministério da Educação, a temática das creches não foi aprofundada. O presidente da CNM sinalizou que haverá um novo encontro em dezembro onde serão apresentadas as reivindicações dos Municípios.



Ag. CNM

Resposta do Tribunal

Sinalizado por Nardes durante o evento, o governo editou um decreto e um projeto de lei sobre o tema da governança. Assinados no dia 22 de novembro, os textos preveem medidas para o planejamento, a implementação, a avaliação e a revisão das políticas públicas. Ambos foram encaminhados ao Congresso Nacional, que irá apreciar as matérias.

O ministro também não descartou a possibilidade de o TCU emitir um acórdão a respeito dos obstáculos para construção e uso das UPAs. Os prefeitos aguardam ansiosos por essa definição. Além do pagamento de cota única para devolução das Unidades, os gestores se opõem ao engessamento do uso do imóvel para outros fins na área da Saúde.

Flexibilização

Diante do questionamento e da mobilização dos gestores, o Ministério da Saúde na anunciou que vai editar norma para possibilitar a flexibilização da utilização das Unidades. A CNM comemora a decisão e destaca que a medida vai beneficiar a população de centenas de Municípios.

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



MMM leva pauta municipalista até bancada feminina na Câmara

Parte da mobilização municipalista em Brasília se concentrava no Congresso Nacional, por meio de reuniões com parlamentares. As municipalistas demonstraram seu apoio ao movimento e fizeram ouvir sua voz, durante sessão na Câmara dos Deputados. Dezenas de prefeitas e representantes do **Movimento Mulheres Municipalistas (MMM)** lotaram o plenário para dialogar com a bancada feminina da Casa a pauta prioritária.

A presidente da comissão, deputada Soraya Santos (PMDB-RJ) começou a sessão lembrando da importância de unificar o movimento. "Quando o assunto é mulher, somos suprapartidárias", enfatizou. Na sua visão, as gestoras municipais precisam estar unidas para garantir o andamento dos pleitos municipalistas.

A deputada Leandre dal Ponte (PV-PR) concordou com a fala e, em seguida, comentou que esse é o momento para se debater os entraves municipais. Durante a reunião, a fundadora do MMM, Tânia Ziulkoski, foi convidada a compor a mesa e aproveitou para elencar algumas das principais reivindicações. Entre elas, o Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) e o veto ao Encontro de Contas.

"Os Municípios chegaram no seu limite. E nós precisamos do apoio de vocês, deputadas, na aprovação dessa pauta", disse Tânia Ziulkoski. A prefeita de Lauro de Freitas (BA), Moema Gramacho, revelou a urgência do pleito. "Se não forem resolvidos os itens dessa pauta prioritária, muitos prefeitos terão as contas rejeitadas", sinalizou a gestora.

A participação de prefeitas e primeiras-damas foi elogiada pela deputada Luciana Santos (PCdoB-PE). "Nós precisamos ter mulheres com essa coragem, essa ousadia. Nós amarguramos indicadores de desigualdade que não fazem jus aos avanços do século XXI", desabafou.



Ag. CNM



Ag. CNM

CNM pelo fim da violência contra a mulher no ambiente de trabalho

As fundadoras do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) participaram do Seminário de Boas Práticas no Combate à violência contra a Mulher, na Câmara dos Deputados. Além de Tânia, o MMM esteve representado pela fundadora da Confederação Dalva Christofoletti. Na oportunidade, as representantes lembraram de campanha lançada pela CNM que traz à tona a importância de se debater sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Com o tema Somos Todas Responsáveis! #ChegaDeAssédioNoTrabalho, a Confederação convoca todas as prefeitas a aderir a essa mobilização e debater o tema em seus Municípios, principalmente dentro dos órgãos públicos.

Saiba mais

O MMM foi fundado pela Confederação com intuito de fortalecer a participação feminina na política. Dos 5.568 Municípios brasileiros existentes, apenas 12% são geridos por mulheres. No Poder Legislativo, a atuação feminina é ainda menor, chegando próxima de 10%.

Seu lançamento oficial ocorreu na *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* deste ano, e, desde então, o Movimento vem promovendo encontros dentro e fora de Brasília.

Mobilização “Não deixem os Municípios afundarem”



Momentos marcantes da mobilização

A campanha reuniu mais de 2,5 mil gestores na capital federal. Em uma mobilização histórica, o movimento alertou as autoridades e a população sobre

a grave crise que assola os Municípios brasileiros e conseguiu avanços importantes para a gestão local.



PARLAMENTAR EM DESTAQUE



A CNM agradece o empenho e o comprometimento de todos os parlamentares que, juntos, derrubaram o veto ao Encontro de Contas unanimemente. A entidade reconhece as ações de deputados e senadores dentro do Plenário, em defesa do municipalismo brasileiro, e os seus discursos em tribuna, que corresponderam com seus posicionamentos políticos na apreciação da matéria.

A entidade ainda faz especial agradecimento aos congressistas, que, em função do árduo trabalho executado com seus correligionários e na articulação com o governo federal, abriu as portas do Palácio do Planalto para o movimento municipalista expor suas demandas diretamente ao presidente da República, Michel Temer, que, ao fim, concedeu o Auxílio Financeiro aos Municípios.

Institucional



Em meio à crise, municipalismo fecha 2017 com importantes avanços

Diante de um grave quadro financeiro, 2017 termina com saldo positivo em relação a pautas importantes aos Municípios. Além das conquistas indicadas neste boletim, o movimento municipalista lembra as históricas vitórias que marcaram os 12 meses do ano. Mais do que aporte de caixa, o trabalho desenvolvido pela CNM evitou que novas demandas e reponsabilidades fossem repassadas aos governos locais.

A intensa atuação da entidade para segurar a aprovação da **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 22/2011** é um belo exemplo. Se o Congresso Nacional tivesse cedido à forte pressão dos representantes dos **Agentes Comunitários de Saúde e de Combate as Endemias (ACE e ACS)**, os cofres municipais teriam impacto negativo de R\$ 3,7 bilhões, ano que vem, só com os encargos do reajuste da categoria. O piso aumentaria 57,8% e passaria de R\$ 1.014,00 para R\$ 1.600,00. Em resumo, seriam destinados R\$ 12,7 bilhões em 2018, da União e dos Municípios, só para o pagamento dos ACE e dos ACS.

Por conta do desempenho da Confederação, entre os parlamentares, a responsabilidade pela **segurança pública** não foi transferida aos Municípios

durante este ano. Constitucionalmente, competência da União e dos Estados, mas a **PEC 52/2009** propõe que as guardas municipais atuem no combate ao crime organizado, por meio de convênio com a Polícia Federal. Na mesma temática, se o Projeto de Lei (PL) 1.504/2015 tivesse sido aprovado, os recursos provenientes dos *royalties* do petróleo teriam sido retirados da Educação e da Saúde para financiar a segurança pública.

Além disso, os 77% dos prefeitos de primeiro mandato fecharam o primeiro ano de suas gestões com significativas melhorias. Algumas delas se aplicam a todos os Municípios, como o parcelamento das dívidas previdenciárias em até 200 meses, com a redução de 40% das multas de mora, de ofício e isoladas e 80% dos juros incidentes, que pode levar a um abatimento de R\$ 30 bilhões no montante da dívida; e a permissão para que as certidões de nascimento indiquem o Município de residência da mãe, como naturalidade do filho.

Outras conquistas, obtidas por meio da atuação da CNM e do movimento municipalista nacional, se aplicam à maioria das Prefeituras, como a redistribuição de pelo menos

R\$ 6 bilhões do Imposto Sobre Serviços (ISS). A medida foi resultado de uma grande mobilização de gestores e parlamentares, levando à derrubada do veto ao ISS no dia 30 de maio.

Também ocorreram mudanças que beneficiam os gestores de algumas cidades, como por exemplo: as litorâneas, que poderão fazer a **gestão de suas praias urbanas** pelo período de 20 anos; e as mineradoras, que devem receber mais R\$ 1,5 bilhão pela **Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem)**.

O rol de avanços é longo, e se somam a essas as inovações da CNM para levar, do Oiapoque (AP) ou Chuí (RS), importantes informações aos gestores municipais. Alguns exemplos são: a promoção da Roda de Conhecimento – bate-papo semanal com os técnicos da entidade; a implementação de campanhas com temas sociais, como a Rede de Municípios Doadores e “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”; a formação de Agentes Municipalistas; a fundação do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM); além da inauguração do estúdio e da biblioteca na sede da Confederação.

Reserve esta data na sua agenda: **21 a 24 de maio de 2018**



Diálogo Municipalista



Vitória, Natal e Foz do Iguaçu também recebem Diálogo Municipalista

A equipe da Confederação Nacional de Municípios (CNM) continua sua série de eventos por todo o país. Em novembro, foi a vez das cidades de Vitória (ES), Natal (RN) e Foz do Iguaçu (PR) receberem o encontro.



Diálogo capixaba

Vitória foi a 13ª cidade a receber o Diálogo Municipalista neste ano. O evento aconteceu entre os dias 6 e 7 de novembro, com a presença de mais de cem participantes. O vice-presidente da entidade, Glademir Aroldi, falou sobre o espinhoso caminho para amenizar a situação dos Municípios.

Ele pediu a participação dos gestores para levar adiante os pleitos municipalistas. Por meio de transmissão ao vivo, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, falou sobre o Encontro de Contas e sua importância para os Municípios. Os participantes puderam conferir ainda ferramentas para melhoria dos indicadores e captação de recursos.



Diálogo potiguar

Os gestores potiguares reforçaram sua dramática situação financeira, que afeta o abastecimento de água da região. Praticamente todas as cidades do Estado fazem parte da região do semiárido, marcada pelo caráter intermitente de seus rios. Os rios e riachos são irregulares, o que faz com que o fluxo de água superficial desapareça durante o período de estiagem.

Ao abrir o encontro, Glademir Aroldi lembrou a necessidade de somar esforços para contornar a crise. Como programação específica, o encontro debateu a Agenda 2030, da qual os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte. O ODS 6 busca garantir o acesso à água potável.

No Paraná, gestores debatem desenvolvimento do Turismo

Além do Diálogo, Foz do Iguaçu (PR) foi o local escolhido pela CNM para sediar o **IV Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial**. Foram debatidas ações para o desenvolvimento do turismo no Brasil, em especial nos Municípios detentores de bens do patrimônio natural. O evento ocorreu entre os dias 27 e 30 de novembro.

Realizado pela CNM em parceria com a Organização Brasileira das Cidades Patrimônio Mundial (OCBPM), contou com o apoio da Prefeitura de Foz do Iguaçu, Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), Associação dos Municípios Paranaenses (AMP), do Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e o patrocínio da Caixa e de Itaipu Binacional.

O evento reuniu as lideranças nacionais e internacionais do Turismo, Meio Ambiente e Cultura. Na pauta se discutiu governança pública, captação de recursos para investimentos em infraestrutura, promoção e *marketing* do turismo, plano nacional de gestão do patrimônio mundial, gestão de parques naturais, master-plan vocacionado para atração investimentos em destinos turísticos de grande valor cultural e natural, consórcios públicos, boas práticas de turismo cultural e natural, além da pauta municipalista que tramita no Congresso Nacional.



Institucional



Por que defender a REFORMA DA PREVIDÊNCIA?



O movimento municipalista entrou na luta pela aprovação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) defende a proposta apresentada pelo governo no dia 22 de novembro, medida considerada mais enxuta do que a anterior. Os gestores, no entanto, vão buscar a inclusão de Emenda Aglutinativa baseada no texto apresentado pelo deputado Alfredo Kaefer (PSL/PR).

O parlamentar propôs que as alíquotas dos Entes locais não precisam estar vinculadas à definida pela União, mas sim tomar como base a avaliação atuarial. Adicionalmente, a Confederação vai propor que a alíquota mínima seja igual à dos servidores do Regime Geral de Previdência Social. A mudança é considerada fundamental, na medida em que a realidade do déficit da União e dos Municípios é discrepante. Todos os Municípios juntos têm um déficit que totaliza menos de 1/10 do exposto pela União.

Veja dez motivos para defender a reforma:

PARA A GESTÃO:

- 1) Com a reforma, até o final do mandato, a economia decorrente do pagamento das folhas de ativos pode representar ao Regime Próprio de Previdência Social, em média, seis meses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- 2) Se não aprovada, haverá colapso dos programas federais e a redução dos investimentos em áreas essenciais, tendo em vista que o déficit da previdência pode alcançar a cifra de R\$ 285 bilhões em 2017.
- 3) A reforma abre espaço fiscal para o compromisso do governo federal de re-

passar mais R\$ 2 bilhões de aporte financeiro em 2018, além de aumentar em 1% o FPM em 2019.

- 4) Em função da medida que estabeleceu o teto de gastos, caso a reforma não seja aprovada, poderá não haver recursos para as emendas impositivas e outras transferências discricionárias, pois, em 10 anos, 82% do gasto da União será com previdência.

PARA O CIDADÃO:

- 5) Estima-se que a Previdência Social seja responsável por 20% da desigualdade brasileira. As regras atuais são injustas e reforçam a desigualdade, já que o sistema atual garante muitos privilégios aos trabalhadores mais organizados, em detrimento da maioria dos trabalhadores. Com a reforma, os servidores públicos se aposentarão com as mesmas regras do RGPS.
- 6) A nova medida excluiu alterações na previdência rural, responsável por dinamizar e sustentar a economia local de milhares de Municípios. Em mais de 60% dos Entes locais, o pagamento de benefícios previdenciários é maior do que o FPM.
- 7) A proposta também não mexe com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), direito social essencial à população mais pobre e que também dinamiza a economia dos pequenos Municípios.
- 8) Haverá mais confiança no país, o que reduzirá ainda mais os juros, bem como atrairá investimentos e gerará empregos, reduzindo o grande número de desempregados.
- 9) As finanças públicas estarão mais equilibradas, permitindo que se consiga investir em Saúde, Educação, Segurança e Infraestrutura.
- 10) Foi respeitada a diferenciação na idade mínima de aposentadoria entre mulheres e homens e mantido em 15 anos o tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria.